

GASPISA - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 - (CONTINUAÇÃO).

Norte, com extensão de 948 quilômetros, que ligará os estados do Maranhão e Ceará, passando pelo estado do Piauí.

Em 23 de novembro de 2006 o Gasoduto Meio Norte recebeu a Licença de Instalação LI, tornando-se o segundo maior gasoduto já licenciado no país. A Autorização de Construção do Gasoduto Meio Norte foi expedida pela ANP em 26 de dezembro de 2006 sob o Nº 360.

A operação parcial da Companhia é decorrente do Projeto de Gás Natural Veicular - GNV. Durante o exercício de 2007, devido as suas particularidades, apresentou um resultado negativo de R\$ 33.313 (2006: R\$ 4.696). O consumo médio diário foi de 2.330 metros cúbicos (2006: 2.191 metros cúbicos).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e consoante as principais práticas contábeis:

Aplicações financeiras

São registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não superam o valor de mercado.

Contas a receber de clientes

São demonstradas ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, ajustados por provisão para perda, se necessária.

Estoques

Os estoques de gás para comercialização são registrados pelo custo de aquisição, sendo que sua compra e venda ocorrem de forma simultânea.

Investimento

O investimento em sociedade coligada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 7.

Diferido

É representado pelos gastos incorridos na fase pré-operacional e pelos gastos durante o período de operação parcial que não estejam diretamente relacionados à operação. A amortização será calculada pelo método linear, a partir do momento em que os benefícios do projeto começarem a ser auferidos, em base a serem definidas.

Passivo

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% mais adicional de 10% e 9%, respectivamente, sobre o lucro real.

Reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a estimativa de vida útil dos bens do imobilizado durante o curso normal das operações, bem como premissas para recuperação do valor residual do imobilizado e da realização do ativo diferido.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo para sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e premissas regularmente e entende que não haverá divergências materiais quando da realização dessas estimativas.

Prejuízo do exercício por ação

Está calculado com base no número de ações existentes na data do levantamento do balanço patrimonial.

Reclassificações

As demonstrações financeiras foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação, conforme segue:

	Reclassificado em R\$	Antes da reclassificação R\$
Ativo		
Caixa e bancos	-	27.283
Aplicações financeiras	-	168.517
Disponibilidades	195.800	-
Passivo		
Reembolso da diretoria	43.200	-
Outras contas a pagar	362	43.562

3. DISPONIBILIDADES

	2007/R\$	2006/R\$
Caixa e bancos	45.923	27.283
Aplicações financeiras	78.338	168.517
Total	124.261	195.800

As aplicações financeiras estão representadas por fundo de investimentos junto ao UNIBANCO remunerado a uma taxa média de 11,08% a.a. (em 2006, remunerados pela variação de 96,5% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e a taxa média 18,19%).

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo das contas a receber de clientes em 2007 e 2006, corresponde a créditos junto à BR Distribuidora S.A. decorrente da venda de gás natural veicular, ver notas explicativas nº 1 e 12.

5. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Refere-se a adiantamento efetuado à coligada TMN Transportadora S.A. para futuro aumento de capital.

6. INVESTIMENTO

Refere-se a participação na coligada TMN Transportadora S.A., Companhia tem como principal objeto social a engenharia, construção, instalação, exploração comercial, operação e manutenção de um duto para transporte de gás natural e instalações associadas partindo do "City-Gate" da Petrobras, localizado no Município de Pecém (CE), passando pelos Estados do Piauí e Maranhão.

	2007	2006
Número de ações:		
Preferenciais	612.000	600.000
À integralizar	(152.724)	(140.724)
Integralizadas	459.276	459.276
Percentual de participação no capital total %	3,8%	3,8%
Capital Social - R\$	11.934.552	11.934.552
Patrimônio líquido - R\$	11.934.552	11.934.552
Movimentação		
Integralização - R\$	-	12.000
Saldo em 31 de dezembro - R\$	459.276	459.276

Atualmente a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, sendo as suas atividades mantidas através dos aportes de recursos de seus acionistas. O início das operações depende da assinatura de contratos de compra e venda de gás entre a Petrobras e as distribuidoras, e da aprovação do projeto junto ao Ministério de Minas e Energia e, conseqüente liberação do financiamento de recursos pela CDE - Conta de Desenvolvimento Energético (Fundo instituído pela Lei nº 10.438/2002). A partir da liberação dos recursos para a construção do Gasoduto é estimado o prazo de 2 a 3 anos para a Companhia entrar em funcionamento.

7. IMOBILIZADO

	2007 (R\$)	2006 (R\$)	Taxas de depreciação (% a.a.)
Móveis e utensílios	27.855	25.553	10
Computadores e periféricos	24.278	25.937	20
Software	11.199	8.040	20
(-) Depreciação acumulada	(31.853)	(29.609)	
Total	31.479	29.921	

A depreciação do exercício de 2007, no montante de R\$ 9.404 (2006: R\$ 9.390) foi registrada em contrapartida do ativo diferido, por não estar diretamente relacionada à operação parcial da Companhia.

8. DIFERIDO

	2007 (R\$)	2006 (R\$)
Gastos de organização e administração	2.958.822	2.376.758
Resultado financeiro-líquido	(354.442)	(151.351)
Estudos, projetos e detalhamento	171.963	171.963
Total	2.776.343	2.397.370

As receitas financeiras durante o período de operação parcial da Companhia são decorrentes da aplicação dos recursos recebidos dos acionistas ou de juros e multa cobrados por atraso na integralização de capital. O uso de tais recursos está diretamente associado à fase pré-operacional da Companhia.

9. FORNECEDORES

O saldo da Companhia é composto principalmente pelo fornecedor Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R\$ 18.329 (2006: R\$ 37.820).

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2007 e 2006, autorizado é de R\$ 5.000.000, e o subscrito é de R\$ 3.502.674 (2006, R\$ 3.180.526), sendo integralizado até 31 de dezembro de 2007 o montante de R\$ 3.420.526 (2006, R\$ 3.087.026)), representado por 1.017.272 ações sem valor nominal, com a seguinte distribuição:

	Quantidades de ações		
	Acionistas	Ordinárias	Preferenciais
			Total
		2006/2007	2006/2007
Estado do Piauí	259.404	-	259.404
Petrobrás Gás S. A. - GASPETRO	124.616	254.318	378.934
TERMOGÁS S.A.	124.616	254.318	378.934
Total	508.636	508.636	1.017.272

A Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de agosto de 2006 aprovou, por unanimidade, o aumento de capital subscrito, o qual passou a ser de R\$ 3.180.526, com a emissão de novas ações. Até 31 de dezembro de 2006 os acionistas integralizaram o montante de R\$ 505.676, mediante a integralização em moeda corrente de R\$ 448.076 e R\$ 57.600 da TERMOGÁS S.A., por conta da remuneração do diretor administrativo financeiro durante o exercício de 2006.

No exercício de 2007, o Estado do Piauí aportou capital no montante de R\$ 93.500, assim atingindo o montante do capital subscrito de R\$ 3.180.526.

Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2007 aprovou o aumento do capital subscrito em R\$ 322.148, o qual passou a ser de R\$ 3.502.674, sem a emissão de novas ações. Até 31 de dezembro de 2007 os acionistas integralizaram o montante de R\$ 240.000, mediante a integralização em moeda corrente de R\$ 159.622 e R\$ 80.378 da TERMOGÁS S.A., por conta da remuneração do diretor administrativo financeiro durante o exercício de 2007. Remanescendo o montante de R\$ 82.148 a ser aportado pelo Estado do Piauí.

Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens:

- prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social;
- prioridade na distribuição de dividendo mínimo, cumulativo de 6% (seis por cento), calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de dividendo obrigatório, quando este for superior ao dividendo mínimo assegurado;
- prioridade no reembolso do capital, sem prêmio em caso de dissolução da sociedade;
- participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes;
- em caso de liquidação da sociedade os dividendos cumulativos poderão ser pagos à conta de capital social da Companhia; e
- no exercício em que o lucro for insuficiente para o pagamento de dividendos prioritários, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à conta de reservas de capital.

O estatuto social prevê que do lucro apurado no final de cada exercício, deverá ser aplicado o percentual de 5% (cinco por cento), antes de qualquer outra destinação, na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

É assegurado aos acionistas, a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado em termos da lei em cada exercício.

11. COBERTURA DE SEGUROS (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia possui cobertura de seguros para os seguintes riscos:

Risco	Valor da Cobertura em R\$
Incêndio, raio e explosão	251.753
Vendaval	25.162
Danos elétricos	14.000
Roubo	12.500
Responsabilidade civil	25.162